



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 11 de dezembro de 2023

## RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL REALIZADA NOS DIAS 9 E 10 DE DEZEMBRO DE 2023

A Plenária Nacional da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical) realizada nos dias 9 e 10 de dezembro de 2023, no auditório da Faculdade de Medicina da UnB, em Brasília/DF, teve como pontos de pauta:

- 1) Conferência Livre CONAEE 2024;
- 2) Informes Gerais;
- 3) Análise de Conjuntura;
- 4) Encaminhamentos.

A Plenária contou com a participação de 38 entidades, sendo 1 apenas como observadora, com o credenciamento de 169 delegadas e delegados, entre os quais 72 mulheres, 97 homens e 19 observadores.

No primeiro dia, foi realizada a Conferência Livre como preparação para a Conferência Nacional de Educação Extraordinária (CONAEE), em que foram discutidas as temáticas que permearão a CONAEE em 2024 tendo como eixos principais o debate sobre o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, projeto da FASUBRA, e a orientação do momento de debate sobre a educação brasileira para colocá-lo na ordem do dia nas entidades de base.

## RESOLUÇÃO SOBRE O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DA CARREIRA

*“Fé em Deus que ele é justo!  
Ei, irmão, nunca se esqueça  
Na guarda, guerreiro, levanta a cabeça, truta  
Onde estiver, seja lá como for  
Tenha fé, porque até no lixão nasce flor (...)”*  
Vida Loka (parte 1) – Racionais MC’s

Considerando o resultado da plenária realizada em 30 de setembro e 01 de outubro de 2023, que aprovou a proposta de aprimoramento do PCCTAE, já apresentada por toda direção da FASUBRA ao governo nas Mesas Específica e Temporária;



Considerando que, passados mais de 60 dias da apresentação das propostas, o governo ainda não convocou a Mesa Específica e Temporária que trata do aprimoramento do PCCTAE;

Considerando que os trabalhos para unificação já estão em andamento entre FASUBRA e SINASEFE e que há reunião entre as duas entidades agendada para 11 de dezembro;

### **A Plenária da FASUBRA reunida nos dias 9 e 10 de dezembro de 2023, DELIBERA:**

1. Reafirmar a proposta de aprimoramento da carreira aprovada na plenária anterior, entregue oficialmente ao governo e que teve como preceitos básicos:
  - a. Piso de 3 Salários-Mínimos; STEP de 5%; Diminuição dos níveis de classificação de 5 para 3; Diminuição da quantidade de padrões da matriz; Reposicionamento facilitado na tabela aprimorada; Distribuição equitativa de recursos da reestruturação; Diminuição das disparidades intracarreira; Diminuição do interstício para 12 meses; Manutenção matriz única; Recomposição no Vencimento Básico; sem risco de VBC; Ampliação IQ; Implementação do RSC.
2. Reafirmar a necessidade urgente de que a direção da FASUBRA atue na cobrança sistemática de uma resposta do governo e oriente a base a também fazê-lo, em todos os meios possíveis, como cobranças a ministros e parlamentares, em âmbito nacional e local.
3. Aprofundar o diálogo com a direção do SINASEFE no sentido de construir proposta unificada de aprimoramento, mesmo não sendo condicionante para negociação com o governo na Mesa Específica e Temporária e na CNSC Nacional.
4. Construir a unidade da categoria com aprovação nessa plenária do estado de greve, com fortes mobilizações (caravanas, paralisações, e busca de apoio entre os parlamentares e reitores(as)), radicalizando as ações rumo à construção de uma forte greve logo para o início de 2024, que efetivamente nos permita conquistar a carreira aprovada pela categoria;

## **CONJUNTURA**

### **DERROTAR A EXTREMA DIREITA NAS RUAS E DISPUTAR A AGENDA POLÍTICA**

Encerramos a Plenária Nacional da FASUBRA durante o décimo segundo mês de gestão da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin à frente do poder executivo federal.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Lula e Alckmin foram eleitos compondo uma frente ampla, derrotando por uma margem inferior a 2% de diferença, a reeleição da candidatura autoritária e neofascista representada por Jair Bolsonaro.

A derrota de Jair Bolsonaro deve ser considerada pela classe trabalhadora como um elemento progressivo, civilizatório; porém deve se destacar que o bolsonarismo continua vivo na sociedade brasileira e que as ideias reacionárias e conservadoras permeiam o nosso cotidiano nas instâncias do Estado e da Sociedade Civil. A sanha privatista dos Governos estaduais de Minas Gerais (Romeu Zema) e de São Paulo (Tarcísio de Freitas) simbolizam o vigor do projeto ultraliberal presente na conjuntura política brasileira.

A ampla gama de forças políticas e ideológicas que compõem a gestão de Lula e Alckmin é caracterizada pela presença de forças populares de esquerda, e por forças neoliberais. Até o momento, em que pese a execução de importantes políticas e ações por parte do governo no que se refere ao consumo e iniciativa de combate à pobreza, o governo defendeu um arcabouço fiscal submetido aos interesses do mercado e não avançou em direção às necessárias reformas estruturais que são fundamentais para uma sólida superação das desigualdades sociais e da condição de dependência subalterna que caracteriza a economia brasileira. É necessário que o governo assuma a realização da auditoria da dívida, como prevê a Constituição Federal e que reverta desmandos do governo anterior, como a privatização da Eletrobrás, as reformas trabalhista e previdenciária. Contra o arcabouço fiscal que impõe ao serviço público e seus servidores a carga do déficit da dívida pública.

Para além disso, é importante levar em consideração que o Congresso Nacional é composto por uma maioria de parlamentares que atuam politicamente para atender os interesses das diversas frações do capital, com destaque ao capital financeiro e ao agronegócio. Nesse sentido, requer nossa máxima atenção a agenda do Congresso, que além de produzir projetos de lei com teor mercadológico, e leis que atentam diretamente contra a preservação da vida (a exemplo do Projeto de Lei nº 1459, de 2022, que flexibiliza e facilita a liberação de agrotóxicos), o Congresso Nacional disputa com o poder executivo a agenda da política nacional, a exemplo da pressão que Arthur Lira tem realizado sobre o poder executivo para a tramitação da PEC 32/2020, que se aprovada reconfigurará o serviço público ampliando a precarização e a desconstituição de sua estrutura que hoje garante direitos básicos para a população mais pobre de nosso país.

Para vencer a extrema direita e o bolsonarismo, é necessário fazer um forte combate político e ideológico, com a intensificação dos movimentos de rua que contestem a adesão do governo a agenda do projeto que derrotamos nas urnas. É igualmente importante fazermos a disputa política contra a opção do governo em negociar ministérios com o centrão em troca de apoio no parlamento. Só dessa forma teremos avanços concretos, para minorar ou acabar com as condições que permitiram o crescimento de ideias reacionárias e a organização da extrema direita em nosso país.



## **UM PARÊNTESE PARA UMA TAREFA INTERNACIONAL DA FASUBRA**

Desde o dia 7 de outubro de 2023, 6 dias após a realização da última Plenária Nacional da FASUBRA, vivenciamos um aprofundamento do genocídio praticado por Israel contra o povo palestino em Gaza em pleno céu aberto.

Até dia 6 de novembro, os dados da Organização das Nações Unidas (ONU), Ministério da Saúde de Gaza e Autoridades Israelenses, o genocídio promovido por Israel nesses últimos 60 dias provocou 10.022 mortes de palestinos/as em Gaza (sendo 4.104 crianças mortas) e 25.408 palestinos/as feridos/as em Gaza com 1270 crianças desaparecidas embaixo dos escombros em Gaza.

O genocídio praticado por Israel contra o povo palestino já dura mais de 7 décadas, e no decorrer desse processo os Palestinos perderam mais de 90% de seu território.

A grande mídia apresenta diariamente a versão de que o povo palestino é terrorista, omitindo todo o processo histórico no qual Israel ocupou um território já habitado pelos Palestinos, expulsou e assassinou cotidianamente esse povo, proibindo a criação da Palestina enquanto Estado e Nação. Nelson Mandela, uma referência na luta contra o Apartheid na África do Sul, afirmou que o mundo só será livre quando o povo palestino for livre e tiver seu território, sua cultura, seu Estado e Nação respeitados. Com essa perspectiva a Plenária Nacional da FASUBRA indica a realização de um dia nacional de solidariedade ao povo Palestino, com a realização de debate virtual sobre o tema junto às entidades de base para contrapor as informações seletivas propagadas pela grande mídia.

Reconhecemos como positiva a postura de países que optaram por romper relações diplomáticas com Israel, e reivindicamos que o Brasil adote essa mesma postura como posição explícita em defesa dos direitos humanos e civis do povo Palestino e seu direito de se constituir enquanto Estado e Nação. É de extrema importância que o Governo Lula rompa relações diplomáticas com Israel em solidariedade a luta pelo fim do genocídio praticado por Israel contra a Palestina.

## **UMA TAREFA DA FASUBRA PARA PROTEÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS**

A luta por uma sociedade justa passa também pela defesa dos povos originários. À semelhança do que ocorre no Oriente Médio, no Brasil o avanço colonizador recai sobre nossos povos Indígenas. Dentre tantos povos no Brasil, os YANOMAMI, em Roraima, MURAM no Amazonas, MUNDURUKU no Pará entre tantos outros, estão sob grande ataque com a destruição de suas terras e rios para a extração garimpeira do ouro, assassinato de lideranças indígenas, desnutrição de suas crianças. Doenças provocadas pelos não indígenas e a desarticulação dos serviços de saúde no local provocam o massacre desse povo. Noutra localidade no norte do Brasil (Pará), na Terra Indígena dos APYTEREWA até mesmo servidores da FUNAI e da Polícia



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Rodoviária Federal são emboscados e têm seus veículos funcionais metralhados. As milícias da destruição da floresta e da grilagem confrontam as ações de desintração das Terras Indígenas. Nossa solidariedade aos povos originários, em especial do Norte do Brasil e nossa cobrança pelo fortalecimento da FUNAI, proteção dos servidores e do apoio ao Ministério dos Povos Indígenas.

## **A CONAE E A NECESSÁRIA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR/COTAS PARA O SERVIÇO PÚBLICO.**

É inadmissível que o Governo Lula – Alckmin, junto ao seu Ministério da Educação, não avance em pautas políticas de democratização das Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil (IPES). É inaceitável o veto de Lula ao artigo 2º do Projeto de Lei 5649/2019, que propunha a alteração do Artigo 8º da Lei 11091/2005, possibilitando que a categoria técnica-administrativa em educação possa receber bolsas por práticas de pesquisa e extensão, avançando assim na superação da danosa, retrógrada e histórica divisão do trabalho nas Universidades, que submete a categoria técnica-administrativa em educação à categoria docente. Lula vetou o avanço da democratização de um importante aspecto do ensino superior, que curiosamente foi aprovado sem muitos questionamentos pelo congresso nacional, mesmo composto por significativa base conservadora.

É fundamental uma crítica contundente da Federação em relação a essa postura do governo federal, para que no decorrer desses próximos 36 meses, tenhamos avanços concretos na democratização da gestão do ensino superior, que se traduz centralmente na instituição de paridade na eleição para reitoras/es, paridade nos conselhos superiores, na possibilidade da categoria técnica-administrativa em educação se candidatar a Reitor/a, e no fim da lista tríplice que já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados/as e que agora segue a tramitação no Senado Federal.

É inaceitável que mesmo após quase 01 (um) ano de governo Lula, ainda existem vários reitores interventores, fruto da política antidemocrática praticada pelo desgoverno Bolsonaro.

Outra pauta que deve constar em nossa agenda é a luta pela aprovação do Projeto de Lei 1958/2021 do Senador Paulo Paim (PT/RS), que reproduz na íntegra a Lei 12.990/2014 (que reserva aos negros e negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União), mas propõe nova vigência temporária de 10 anos, para o período de 2024 a 2034.

Avançar nessas e outras pautas que não produzem qualquer impacto financeiro é fundamental para o fortalecimento da luta contra o bolsonarismo e a extrema direita no Brasil, e para isso devemos atuar em todos os espaços possíveis para conquistarmos ideologicamente a comunidade interna e a comunidade externa das IPES, inclusive a garantia dos 10% (dez por





cento) do PIB para a educação que vem desde a CONAEE/2014, mas que infelizmente nunca atingimos sequer o patamar dos 6%.

Nesse sentido é de extrema importância a participação de técnicas e técnico-administrativos em Educação na etapa nacional da Conferência Nacional de Educação (CONAEE), que ocorrerá no início do ano de 2024, e pautarmos essas e outras reivindicações, para que constem no texto do Plano Nacional de Educação para o período de 2024 a 2034.

### **Calendário aprovado:**

- 12/12 - Participar das atividades organizadas pelo FONASEFE e FONACAT;
- 13 e 14/12 - Ações junto aos parlamentares pela rejeição do veto em relação aos projetos que os técnicos tenham bolsa de pesquisa;
- 18/12 - Dia Nacional de mobilização com paralisação, com atividade junto à categoria de apresentação da proposta de carreira da FASUBRA e protocolo de pedido formal de apoio a nossa reivindicação junto a Reitores/as;
- 19 a 21 - Rodada de Assembleias para avaliar o resultado da reunião com a representação do Governo Federal. Aprovar o indicativo de “**Estado de Greve**” a partir de janeiro de 2024;
- Não ocorrendo avanço na negociação com o governo, a direção da FASUBRA orienta a aprovação de ações de mobilização e paralisação para fevereiro de 2024, para um possível indicativo de greve no primeiro trimestre de 2024;
- 12/3/2023 - Encontro da CEA;
- 13 a 15/3 - Conferência Regional da Educação Superior – CRES +5;
- Marcha Brasília - A FASUBRA participará das articulações para a Marcha aprovada pela CUT, prevista para acontecer no primeiro semestre de 2024, na qual a classe trabalhadora estará em Brasília para mostrar ao Governo sua insatisfação com a conjuntura política nacional;
- A direção da FASUBRA irá propor a realização de uma campanha midiática articulada com o SINASEFE e o ANDES, tendo a campanha salarial com foco na valorização da identidade técnico-administrativa em educação;
- A direção da FASUBRA fará a adesão à campanha pró-Palestina e orienta suas entidades de base a participarem de todos os atos e atividades relacionadas a esse assunto.

### **RESOLUÇÕES APROVADAS**

Considerando que o governo brasileiro tem se esforçado para reconstruir as políticas públicas que foram sistematicamente atacadas e destruídas a partir do golpe contra o governo Dilma, em 2016, até então tivemos grandes avanços e investimentos na educação em direitos



humanos com a criação dos Ministérios dos Direitos Humanos, da Promoção da Igualdade Racial e das Mulheres. No âmbito do Ministério da Educação foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) com volumosos recursos destinados à formação continuada e produção de materiais didáticos. O atual governo, de coalisão, enfrenta muitas dificuldades, mas avança na retomada daquilo tudo que o Brasil já vivenciou. No que tange a política de Educação em Direitos Humanos, foi recriada a SECADI e nela criou-se um colegiado de assessoramento com ampla representação, a Comissão Nacional de Políticas Educacionais em Direitos Humanos, instituída pela Portaria No 994, de 23 de maio de 2023. Neste colegiado não há entidade representativa dos técnico-administrativos em educação das universidades públicas e institutos federais.

Considerando que a FASUBRA possui coordenações de Educação, de Políticas Sociais e de Gênero, da Mulher Trabalhadora, de Raça e Etnia e de LGBTQIA+ e seus respectivos GT que chegam até a base com todas essas temáticas afetas aos direitos humanos e à educação em direitos humanos, a Plenária Nacional orienta:

1. Que a Direção Nacional da FASUBRA se manifeste junto à SECADI/MEC com o interesse em colaborar com Comissão Nacional de Políticas Educacionais em Direitos Humanos da SECADI/MEC;
2. Que a Direção Nacional da FASUBRA estude mecanismos de promoção da educação em direitos humanos entre os seus coordenadores e coordenadoras e sindicatos da base.

### MOÇÕES APROVADAS

As moções aprovadas na Plenária serão enviadas à assessoria jurídica da Federação para posterior divulgação.

CALENDÁRIO	
DEZEMBRO	
11 a 14	Conferência de Saúde Mental - FENTAS
12	Participar das atividades organizadas pelo FONASEFE e FONACAT
13 e 14	Ações junto a parlamentares pela rejeição do veto em relação aos projetos que os técnicos tenham bolsa de pesquisa



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

18	Dia Nacional de mobilização com paralisação com atividade junto a categoria de apresentação da proposta de carreira da FASUBRA e protocolo de pedido formal de apoio a nossa reivindicação junto a Reitores/as
19 a 21	Rodada de Assembleias para avaliar o resultado da reunião com a representação do Governo Federal. Aprovar o indicativo de “ <b>Estado de Greve</b> ” a partir de janeiro de 2024
<b>MARÇO</b>	
12	Encontro da CEA
13 a 15	Conferência Regional da Educação Superior – CRES +5